



A Imagem da alteridade em eventos esportivos¹

Graduanda Tatiane Hilgemberg Figueiredo²

Co-autor Márcio de Oliveira Guerra³

Vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora e à Faculdade de Comunicação Social dessa instituição

Resumo

Este presente estudo tem como finalidade analisar e ampliar as discussões sobre as relações entre a mídia e o esporte para portadores de deficiência. Analisar de que forma o jornalista contribui para a desmistificação da deficiência é outro objetivo deste trabalho. Assim como verificar de que forma a comunicação contribui para a inclusão ou a exclusão dos deficientes. Temos também a intenção de lembrar o papel social da mídia tão difundido na Academia, mas quase nunca colocado em prática pelos meios de comunicação social.

Palavras-chave

Mídia; deficiência; discriminação.

Corpo do trabalho

1 Introdução

Este estudo tem como finalidade analisar e ampliar as discussões sobre as relações entre a mídia e o esporte para portadores de deficiência, principalmente, as relações entre mídia e Paraolimpíadas. Por que razão as competições desportivas para pessoas com deficiência acontecem sem a devida divulgação e cobertura midiática? Essa é uma das questões que desenvolvemos e tentamos entender.

Analisaremos de que forma a comunicação contribui para a inclusão ou a exclusão dos deficientes, e mostraremos a importância da atuação do jornalista no

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica.

² Graduanda do 7º período, da Faculdade de Comunicação Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Participou do II e do III Encontro Regional de Comunicação, do I Fórum das Comunicações de Juiz de Fora e Região, do Intercom 2005 e 2006 e do Intercom Sudeste 2007. Integrou os Projetos de Extensão “Cobertura das Eleições 2004”, “Cobertura da Copa do Mundo” e “Cobertura das Eleições 2006”. Foi bolsista de Iniciação Científica(2005-2006), bolsista da Rádio Universitária (2005-2006) e é bolsista de assessoria do Fórum da Cultura.

³ Doutor em Comunicação pela UERJ; Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ; Especialista em Marketing, pela Fundação Educacional Machado Sobrinho; graduado em Comunicação pela Federal de Juiz de Fora. Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação da UFJF na graduação e especialização. Autor do livro “Você, ouvinte, é a nossa meta – A importância do rádio no imaginário do torcedor de futebol” e co-autor do livro “Comunicação e Esportes – Tendências”.



processo de desmistificação da deficiência; pois “[...] os jornais têm uma grande influência na formação da opinião pública no que concerne a assuntos relacionados com a sociedade em geral e com alguns grupos sociais, como o caso da população com deficiência”.⁴

Apesar dos deficientes se mostrarem competentes e talentosos, a sociedade ainda parece acreditar na sua incapacidade e os meios de comunicação refletem essa mentalidade. Estamos numa sociedade dita inclusiva, mas na qual o preconceito para com o deficiente é ainda muito grande. Segundo Claudia Werneck, em seu livro *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*, o preconceito da sociedade em relação à deficiência se revela de inúmeras e discretas formas, e o da mídia também.

No deficiente já está incutido o arquétipo da incapacidade, sendo a atuação do jornalista de suma importância no processo de desmistificação desse arquétipo. Contudo, o que a mídia faz é refletir uma imagem imprecisa e incompleta daqueles que superaram suas limitações, o que torna impossível reconhecer-se nela. Segundo Carlos Alberto Marques, em “Mídia e Deficiência: a violência estampada nas páginas dos jornais”, há uma “[...] luta pela conquista de melhores índices de audiência através da exploração da imagem do desvio”.

“Em um mundo em que os heróis pouco ou nenhum lugar têm, os novos ‘mocinhos gladiadores’ são os desportistas. Estes representam a imagem de um determinado grupo humano ou de uma sociedade. Suas habilidades, aprendizagens, desempenho não são apenas tipicamente deles, incluem toda uma gama de representatividade que exerce poderoso fascínio sobre as massas. Estas se identificam com os comportamentos que lhe são apresentados como modelos”.⁵

De acordo com Carlos Alberto Marques, para a sociedade o bom desempenho de deficientes se dá como uma compensação da deficiência,

“[...] o sentido de que o sucesso alcançado por uma pessoa portadora de alguma deficiência se deve ao esforço por ela empreendido para compensar sua privação. O que se pôde apreender deste discurso é que as pessoas não portadoras de deficiência, quando bem sucedidas em seus empreendimentos, alcançariam o sucesso pelo talento ou pela inteligência; enquanto que os portadores de deficiência o teriam feito pela necessidade de compensar o ‘mal’ que os aflige”.⁶

Já Ana Paula Soares Calvo,

⁴ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 72.

⁵ MOSQUERA, Juan; Stobäuns, Claus 1984, p. 51.

⁶ MARQUES, Carlos Alberto, 2001, p. 99.



“[...] para além de exíguas, as representações mediáticas das pessoas com deficiência, (sic) transmitem com maior frequência as imagens do incapacitado que não consegue solucionar os seus problemas ou do ‘super-homem’ com algumas capacidades mais desenvolvidas em detrimento de outras, acabando assim, por reforçar esteriótipos, estigmas e posturas preconceituosas”⁷.

2 Papel Social da Mídia

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 25% da população do planeta está diretamente envolvida com a questão da deficiência. Hoje, no Brasil, existem cerca de 16 milhões de portadores de deficiência. Apesar disso, a mídia parece desconhecer esta parcela da sociedade. Os meios de comunicação de massa dedicam muito pouco espaço para tratar do assunto; de acordo com Ângela da Costa Cruz no texto “Mídia e Deficiência: Educação para a cidadania”, quando a deficiência é colocada em foco tratam-na

“[...] de forma a reforçar os preconceitos que existem em relação à deficiência ou simplesmente enfocam a questão da cura, como se a realidade da vida das pessoas portadoras de deficiência fosse demasiadamente desagradável ou complexa para ser levada em conta”⁸.

Contudo, é inegável que houve uma evolução no tratamento dado ao tema; na década de 70 dava-se ênfase à questão da cura e a campanhas de caridade; na ficção, o deficiente era usado para dar maior dramaticidade ao enredo. O primeiro programa periódico que tratava da deficiência surgiu em 1975 na Inglaterra. Nos anos 80, o filme *Amargo Regresso*, com Jon Voight e Jane Fonda, foi um marco na abordagem da questão da deficiência pelos meios de comunicação, mostrando o portador de deficiência como um ser tão humano como qualquer outra personagem (MERKX, 1998). Depois disso, o deficiente passou a ser apresentado como “super-herói”, ou seja, recebeu um novo esteriótipo.

A mídia é a grande responsável por pautar aquilo que será discutido (agenda setting), os meios de comunicação têm o poder sobre o conhecimento, as opiniões e o modo de ver a realidade. A mídia deve, então, usar esse poder para transformar o desconhecido em familiar. “A deficiência costuma ser apresentada nos veículos não especializados como incapacidade (...), enfatizando-se as limitações e omitindo-se as

⁷ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 14.

⁸ MERKX, 1998, p. 02-03.



potencialidades”⁹. Dessa forma, é papel fundamental do jornalista desmistificar a deficiência, pois esse profissional é aquele que fala em nome do “outro”, por isso é ele que controla as formas de falar do “outro”.

O desafio das sociedades atuais é a valorização das diversidades, hoje há pouca tolerância à diferença. Segundo Beatriz Fontes, Maria Inês Naujorks e Amanda Sheer, no texto “Mídia Impressa, Discurso e Representação Social: a constituição do sujeito deficiente”,

“Ao se analisar a atuação da mídia no sistema de representações e discursos referentes ao deficiente, estes se encontram permeados por subjetividades, levando a aumentar o preconceito, as disparidades sociais e culturais deste segmento populacional a partir de informações truncadas que acarretam em concepções estereotipadas [...]”¹⁰.

Carlos Alberto Marques em *A imagem da alteridade na mídia* reforça essa idéia ao citar BRASIL/CODE, 1994, que, em sua página 7, afirma que

“A abordagem e a terminologia utilizada pelos meios de comunicação de massa [...] refletem na interpretação da sociedade sobre os principais temas de interesse coletivo. Se a informação não é cuidada, acaba reforçando estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente, que podem significar, no mínimo, um empecilho à evolução e ao desenvolvimento social”¹¹.

Todo indivíduo que foge aos padrões de normalidade é considerado estigmatizado, mas como afirmam Beatriz Fontes, Maria Inês Naujorks e Amanda Sheer, o estigma não está nem no sujeito, nem na deficiência, mas “(...) são os valores culturais estabelecidos pela sociedade que permitem categorizar as pessoas que fogem aos padrões de normalização, aferindo a estas determinados rótulos sociais”¹².

3 A Imagem do deficiente

Carvalho (1994, p.6 apud Carlos Alberto Marques, 2001, p. 53) comenta que os estereótipos são aplicados aos deficientes, pois eles são socialmente vistos como incapazes e improdutivos, e biologicamente considerados “anormais”. A sociedade funcionalista liga a idéia de corpo saudável à produtividade, assim sendo, ao corpo deficiente é associada a idéia de corpo doente e improdutivo.

⁹ MERKX, 1998, p. 07.

¹⁰ PONTES, Beatriz; Naujorks, Maria Inês; Sherer, Amanda, 2001, p. 01.

¹¹ MARQUES, Carlos Alberto, 2001, p. 15.

¹² PONTES, Beatriz; Naujorks, Maria Inês; Sherer, Amanda, 2001, p. 02.



Maria Regina Cazzaniga Maciel em seu artigo “Portadores de deficiência: a questão da inclusão social”, lembra que

“A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas”¹³.

Na Antiguidade, as atividades econômicas de maior importância eram a agricultura, a pecuária e o artesanato; e eram essas atividades econômicas e as posses de bens materiais que atribuíam valores sociais aos Homens. Nessa época o “problema” da deficiência não existia, pois as crianças portadoras de deficiências eram abandonadas e em sua grande maioria acabavam morrendo.

Na Idade Média, a organização das atividades econômicas permanece praticamente a mesma. Mas, nessa época, com o advento do Cristianismo, o Homem passa a ser visto como manifestação de Deus, sendo, portanto, o extermínio dos portadores de deficiência uma prática inaceitável. A visão da deficiência se transforma, sendo agora

“Caracterizada como fenômeno metafísico e espiritual, [...] foi atribuída ora a desígnios divinos, ora à possessão pelo demônio. Por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade com relação ao deficiente era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos”¹⁴.

No fim do século XV surge uma nova forma de produção, representada pelo capitalismo mercantil; há uma nova divisão do trabalho, separando os donos dos meios de produção e os operários. Nesse ínterim, o deficiente passa a ser visto como aquele ser improdutivo, ou seja, um “peso” para a sociedade. Com o avanço da medicina surgem os hospitais psiquiátricos, utilizados para confinar os pacientes considerados doentes, ou aqueles que incomodassem a ordem “normal” da sociedade.

Nos séculos XVII e XVIII, a discussão sobre a deficiência ganha certo fôlego, as atitudes vão desde a institucionalização em hospícios até o ensino especial. No século XIX a necessidade de estruturação de um sistema nacional de ensino para todos, faz com que a responsabilidade pública comece a se desenvolver.

No início do século XX, alguns governos começam a reconhecer sua responsabilidade no cuidado do bem-estar do portador de deficiência. “Gradualmente, começaram a ser aprovados e institucionalizados Atos Constitucionais, garantindo ações

¹³ MACIEL, Maria Regina Cazzaniga, 2000, p. 01.

¹⁴ ARANHA, Maria Salete. A Deficiência através da História, p. 03.



e suporte financeiro para programas de Reabilitação” (Maria Salete Aranha, A Deficiência através da História, p.05). A partir daí a discussão tornou-se mais ampla e os deficientes foram, aos poucos, conquistando seus direitos.

4 Paraolimpíadas: de Roma 1960 a Atenas 2004.

Em 1948, na Inglaterra, o neurologista e neurocirurgião alemão Ludwing Guttman aproveita a realização dos XIV Jogos Olímpicos de Verão para criar os Jogos Desportivos de Stoke Mandeville para atletas portadores de deficiência. A participação é modesta: 14 homens e duas mulheres das Forças Armadas Britânicas competem em arco e flecha. Em 1952, os Jogos de Mandeville ganham projeção e participação de 130 atletas ingleses e holandeses. Os organizadores decidem tornar a competição anual.

Em 1958, quando a Itália preparava-se para sediar as XVII Olimpíadas de Verão, o diretor do centro de Lesionados Medulares de Ostia, Antônio Maglia, propõe que os Jogos Mundiais de Stoke Mandeville de 1960 se realizem em Roma, após as Olimpíadas. Com o apoio do Comitê Olímpico Italiano, cerca de 240 atletas portadores de deficiência, de 23 países, participam da competição, que repercute positivamente em todo o mundo. Seria a primeira Paraolimpíada - e já com esse nome.

O sucesso dos Jogos fortalece o esporte e funda-se a Federação Mundial de Veteranos, que irá discutir regras e normas técnicas para as competições. Os próximos Jogos Paraolímpicos se realizaram em Tóquio, por ocasião da Olimpíada, em 1964, com cerca de 390 participantes de 22 países. Em 1968, a competição, que seria no México, deixa de se realizar no mesmo local das Olimpíadas por problemas de organização do comitê mexicano e acaba sendo realizada em Israel. Desta vez são 1100 atletas de 29 países participando dos III Jogos Paraolímpicos

Em 1972, os jogos mundiais ocorrem na Alemanha, mas em cidade diferente da sede da Olimpíada, ainda por problemas de organização. A Paraolimpíada reúne cerca de 1400 desportistas de 44 nações.

Roma foi a primeira Paraolimpíada realizada na mesma cidade da Olimpíada. Os Jogos Paraolímpicos, com a denominação de Olimpíadas dos Portadores de Deficiência reuniram 400 esportistas em cadeira de rodas, de 23 países, que disputaram oito esportes. A Paraolimpíada realizada em Tóquio em 1964, contou com a participação de 375 esportistas de 22 países. Foram mantidas todas as provas da edição anterior, porém a corrida em cadeira de rodas para homens e mulheres foi disputada pela primeira vez na modalidade 60m rasos. As Paraolimpíadas de Heidelberg-72



receberam mais de 1.000 atletas de 44 países. Os esportes foram mantidos e o Goalball e a prova de 100m rasos destinada aos atletas deficientes visuais aconteceram pela primeira vez. Em Toronto-76, as provas foram mantidas em relação à Paraolimpíada anterior, porém as corridas para cadeirantes foram bastante ampliadas. Nas Paraolimpíadas de Arhem-80 mais de 1.900 atletas de 42 países participaram; pela primeira vez Voleibol, Goalball e as competições para paralisados cerebrais foram aceitos no programa paraolímpico. A edição da Paraolimpíada de Nova York/ Stoke Mandeville-84 foi marcada pelo fato de ter sido realizada em dois países diferentes, porém mais de 1.700 atletas de 45 nações estiveram presentes. Em Seul-88, mais de 3.000 atletas de 61 países competiram em 16 modalidades. Barcelona-92 foi a maior Paraolimpíada até a sua época por ter fornecido, a cerca de 3.000 atletas de 83 países, condições de competição antes impensáveis. A cidade foi toda adaptada e o apoio aos atletas era próximo do ideal. Na paraolimpíada de 1996, em Atlanta, a melhora gradual nas performances foi mantida. Novos recordes mundiais foram quebrados e as marcas continuaram a ser superadas. Pela primeira vez os atletas deficientes mentais participaram em caráter competitivo. No total mais de 3.200 competidores de 103 países participaram. Os Jogos de Sydney, em 2000, receberam um número recorde de 3.800 atletas de 122 delegações, que bateram mais de 300 recordes mundiais paraolímpicos. E, por fim, nas Paraolimpíadas de Atenas-2004 foram mais de 4.000 atletas disputando 19 modalidades.

4.1 Retrospectiva Parapan- Americano

A origem do Parapan data de 1967, quando aconteceram os Jogos Pan-americanos para Paraplégicos em Winnipeg, Canadá , competição que reuniu seis países em disputas de esportes em cadeiras de rodas. Outra data marcante para o movimento americano paraolímpico é 1995, quando três eventos seguidos ocorreram na Argentina: os Jogos Pan-Americanos de Cadeira de Rodas, em setembro, na cidade de Buenos Aires, os Jogos Pan-americanos para Cegos, em novembro, também na capital portenha, e os Jogos Pan-americanos dos Deficientes Mentais, em dezembro, na cidade de Mar del Plata.

Os primeiros Jogos Parapan-americanos formais realizaram-se em 1999, na Cidade do México, com a participação de 1200 atletas de 20 países, que competiram em



quatro esportes: Atletismo, Natação, Basquete e Tênis de Mesa. Mar del Prata, na Argentina, foi o cenário da segunda edição do evento, em 2003. Na ocasião, o Brasil conquistou 165 medalhas, sendo 81 de ouro, 53 de prata e 31 de bronze. O desempenho brasileiro garantiu o segundo lugar geral na competição.

Os Jogos Parapan-americanos Rio 2007 são a terceira edição do evento e a primeira que ocorre nos moldes das Paraolimpíadas: nas mesmas instalações de sua vertente olímpica e imediatamente após os jogos convencionais. Dessa forma, o Brasil inaugura um novo modelo de ver o esporte adaptado no continente americano, o atleta com deficiência é valorizado e respeitado em pé de igualdade.

5 Paraolimpíadas e mídia.

Por trás do momento mágico olímpico e paraolímpico estão as redes midiáticas e seus patrocinadores exigindo reformas arquitetônicas, ditando regras, impondo horários e vestimenta.

“A realidade atual é bastante clara, pois os órgãos de comunicação social têm no espetáculo desportivo um fator de forte investimento, o que leva a que toda a sua programação mediática se baseie igualmente em imperativos de ordem econômica, política e social”¹⁵.

A mídia auxilia o desenvolvimento das Olimpíadas e das Paraolimpíadas, na medida em que divulga as competições e as transforma em grandes espetáculos televisivos e radiofônicos, principalmente. De acordo com Juan Mosquera e Clauss Stobäuns em *Psicologia do Desporto*, “[...] na medida que um jogo se torna espetáculo perde em componentes críticos e ganha em componentes falsamente emocionais”¹⁶.

Mas, os meios de comunicação também atuam como meios excludentes, “pelo fato de que cada televisão nacional dá tanto espaço a um atleta ou a uma prática esportiva quanto mais eles forem capazes de satisfazer o orgulho nacional ou nacionalista”.¹⁷ De acordo com Ana Maria Morales Crespo “a mídia reflete uma imagem tão imprecisa e incompleta – das pessoas com deficiência -, que torna impossível reconhecer-se nela”.¹⁸

¹⁵ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 13.

¹⁶ MOSQUERA, Juan; Stobäuns, Claus 1984, p. 23.

¹⁵ BOURDIEU, 1997, p. 123

¹⁶ CRESPO, 2000, p. 06



Segundo a Coordenadora de comunicação do CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro), Gisliene Hesse, “a mídia ainda privilegia muito a emoção nas matérias sobre atletas com deficiência e falta o jornalista entender que o esporte paraolímpico é de alto rendimento”¹⁹. Não podemos esquecer, também, que em nossa sociedade altamente mediática, a imagem ganha lugar de destaque, e no desporto o culto ao corpo e à imagem física “perfeita” ainda têm espaço. “(...) nessas questões do corpo ‘perfeito’ mediatizado, as pessoas com algum tipo de deficiência encontram-se à margem daquilo que é aceite socialmente”²⁰ Sendo assim, nos dias de hoje, para além de ser eficaz, o corpo do atleta precisa ser sedutor. Ana Paula Soares Calvo afirma ainda que “o belo torna-se assim num juízo modelado e divulgado pelos meios de comunicação social, encontrando-se o corpo do atleta ‘normal’ dentro do que é socialmente aceite, ao contrário do que acontece com o corpo do atleta com deficiência”²¹

A mídia faz com que as pessoas tenham compaixão por esses para-atletas, uma vez que, segundo a imprensa, eles são “símbolos de superação”. Portadores de qualquer deficiência ou doença “devem ganhar não a solidariedade, mas o respeito e a confiança da mídia”.²² Materiais jornalísticos sobre esse assunto não devem causar compaixão, mas levar a uma reflexão. Contudo, segundo Ana Paula Soares Calvo,

“(...) o que vende é o espetáculo desportivo e os seus casos sensacionalistas, transformando-se assim a imprensa ou qualquer outro órgão de informação, numa empresa que tendo como finalidade a rentabilização do capital investido, apenas venda um produto que agrada a uma maioria”²³.

Os números mostram que, entre a primeira e a última versão dos Jogos Paraolímpicos, houve uma grande evolução. O esporte para pessoas com deficiência abandonou o caráter estritamente de lazer e de reabilitação, passando a buscar também o alto-rendimento. Assim, aumentou-se o interesse da mídia por esse segmento esportivo; contudo, segundo o jornalista do Correio Braziliense, José Cruz, “Ainda não há uma cobertura sistemática do esporte paraolímpico [...]”²⁴.

Um estudo realizado, pelo Comitê Paraolímpico Internacional (CPI), com 17 países, aponta uma audiência televisiva acima de 1,8 bilhão de pessoas durante os Jogos Paraolímpicos de Atenas 2004. O Japão teve o maior índice de audiência acumulada (587 milhões), seguido pela França (335 milhões), Alemanha (310 milhões) e China

¹⁴ Brasil Paraolímpico, ano VIII, nº 07

²⁰ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 22.

²¹ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 91.

²² WERNECK, 2000, p. 233

²³ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 64.

²⁴ Brasil Paraolímpico, ano VIII, nº 07

(309 milhões). Em relação à audiência acumulada, a maior fatia de mercado, contudo, foi alcançada pela Nova Zelândia (26,4%), Suíça (21,6%) e Áustria (21,1%). Dos países analisados, o Brasil transmitiu o maior número de horas (168 h), seguido pela Espanha (125 h).

A Paraolimpíada de Atenas foi um marco para o paradesporto brasileiro, porque, de acordo com o presidente do CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro) o para-atleta voltou de Atenas como um ídolo, e reconhecido pelo público; o Brasil que voltou da Grécia despertou a consciência nacional para o esporte paraolímpico, atraindo, assim, as atenções da mídia e das grandes marcas empresariais. A diretora de Mídia e Comunicação do Comitê Paraolímpico Internacional, Miriam Wilkens afirma que, “Este desenvolvimento confirma que tem havido um significativo aumento no interesse pelos Jogos Paraolímpicos”.

6 Conclusão

Ao veicular quaisquer acontecimentos e informações, a mídia institui um contrato de leitura, um vínculo com seu leitor, ou telespectador, ou ouvinte. Assim, ela passa a organizar sua agenda de acordo com o interesse do público baseado na aceitação, atualidade, empatia, interesse público, índices de audiência, entre outros. Assim, a mídia transforma os acontecimentos em espetáculos movida pela cultura de massas, e também, por uma busca incessante por maiores índices de audiência. Dessa forma, de acordo com Ana Paula Soares Calvo,

“o desporto passou a ser utilizado como um meio para transmitir uma determinada imagem e vender determinado produto, que com base nos padrões comportamentais, de beleza física e estética e os padrões sensuais ditados pela própria sociedade, visa transformar as pessoas”²⁵.

Apesar disso,

“para retratar o assunto, dá-se preferência às pautas como datas comemorativas, atividades assistenciais e descobertas científicas; assim a sociedade continua sem a (in)formação necessária para acreditar nas potencialidades das pessoas com deficiência, e para aceitá-las como cidadãos com direitos e deveres de participação na vida social. Faz-se necessário a atuação dos jornalistas como facilitadores no processo de desmistificação da deficiência”.²⁶

Os meios de comunicação, quando retratam um acontecimento, não são somente reprodutores de informações, mas produtores de sentidos, já que a mídia se caracteriza como lugar de construção simbólica dos acontecimentos. Nesta perspectiva,

²⁵ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 13.

²⁶ Hilgemberg, Tatiane; Guerra, Márcio, 2006.

acrescenta-se que não há objetividade jornalística, como pregam muitos autores, pois a produção de uma notícia é uma atividade simbólica, realizada por um indivíduo social, que mobiliza estratégias próprias para estabelecer seu modo de dizer e produzir sentidos. Vemos, então, a importância do jornalista no papel de desmistificador da deficiência, já que ele tem “nas mãos” um forte instrumento no combate ao preconceito, podendo levar os cidadãos a adquirirem uma nova postura diante dos indivíduos portadores de deficiência: “Nem coitadinho, nem super-herói. Apenas uma pessoa comum, com potencialidade de desenvolvimento e algumas dificuldades específicas”.²⁷

Contudo, a relação entre deficiência e meios de comunicação social, na maioria das vezes, não é positiva.

“De facto, a cultura mediática ao abordar a pessoa com deficiência como ‘fato jornalístico’ ou como personagens de criação artística, geralmente opera com uma visão estereotipada e preconceituosa desses indivíduos, colocando-os, por vezes, em dois patamares opostos: ora são vistos como ‘inferiores’ e ‘incapazes’, ora são tidos como ‘super-heróis’”²⁸.

Talvez o problema da exígua cobertura mediática do desporto para deficientes passe pela responsabilidade das organizações desportivas destes indivíduos. Um exemplo disso foram as Paraolimpíadas de Atenas em 2004, considerada um marco na cobertura esportiva brasileira; isso porque houve a interferência do Comitê Paraolímpico Brasileiro que numa estratégia ousada e inédita no país, contratou a produtora de vídeo Íntegra Produções, coordenada por Marcos Malafaia, para captar, editar e transmitir gratuitamente imagens dos jogos de Atenas, para as emissoras brasileiras interessadas. Além disso, oito emissoras abertas e fechadas foram convidadas pelo Comitê para cobrirem a competição (Rede TV, Record, TVE, TV Nacional, Sport TV, Rede Gazeta, NSB e Rede Bandeirantes); outros dez veículos também foram convidados, Rádio Eldorado, Rádio CBN, Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, Lance!, Estado de Minas, Diário de Pernambuco, Tribuna do Norte, Jornal de Brasília, O Dia, O Globo e o portal UOL.

Todas as emissoras foram convidadas a enviar um repórter para se juntar à equipe de Malafaia e do CPB. Cada empresa teve seus desejos e planos individuais de cobertura respeitados, tendo sido fornecidos pelo CPB e pela Íntegra, gratuitamente, suporte de equipamentos, cinegrafistas, produtores, editores e transmissões por satélite, além dos direitos de veiculação dos Jogos.

²⁷ Crespo, Ana Maria Morales, 2006.

²⁸ CALVO, Ana Paula Soares, 2001, p. 69.



7 Referências bibliográficas

- 1) ARANHA, Maria Salete F. *A Deficiência através da História*. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/mznews/data/historia.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2007.
- 2) BOURDIEU, Pierre. Os Jogos Olímpicos. In: *Sobre a televisão: a influência do jornalismo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997. p. 123-128.
- 3) BRASIL PARAOLÍMPICO. Contagem regressiva para a maior delegação da história chegar em Atenas. Brasília, n. 07, março de 2004. Ano VIII
- 4) CALVO, Ana Paula Soares. *Desporto para Deficientes e Media*. 2001. Dissertação (Mestrado em Atividade Física Adaptada)-Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2001.
- 5) CRESPO, Ana Maria Morales. *Inclusão social: pessoas com deficiência e a construção da cidadania*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.artsbrasil.org.br>>. Acesso em: 21 de abril de 2006.
- 6) CRESPO, Ana Maria Morales. *Informação e deformação: A pessoa com deficiência na mídia impressa*. 2000. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- 7) HILGEMBERG, Tatiane; GUERRA, Márcio. *Pessoas com deficiência: uma realidade fora de pauta*. Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2006.
- 8) MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. *Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social*. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 de março de 2007.
- 9) MARQUES, Carlos Alberto. *A imagem da alteridade na mídia*. 2001. 248p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)-Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.
- 10) MARQUES, Carlos Alberto. *Mídia e deficiência: a violência estampada nas páginas dos jornais*. Lumina: Facom/UFJF. v.4, n.2, p. 215-231. Juiz de Fora, julho/dezembro de 2001.
- 11) MERKX, Ângela da Costa Cruz Loures. *Mídia e Deficiência: Educação para a cidadania*. 1998. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/1998/gt13/GT1314.PDF>>. Acesso em: 20 de março de 2007.
- 12) MOSQUERA, Juan José Mouriño. *Psicologia do Desporto*. Colab. De Claus Dieter Strobäus. Porto Alegre, Ed. Da Universidade, UFRGS, 1984. 204p.
- 13) PONTES, Beatriz Santso; NAUJORKS, Maria Inês; SHERER, Amanda. *Mídia Impressa, Discurso e Representação Social: A Constituição do sujeito deficiente*. Campo Grande/MS. 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/2001/np11/NP11PONTES.pdf>> Acesso em: 10 de março de 2007.



14) WERNECK, Claudia. *NINGUÉM MAIS vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*.
Rio de Janeiro: WVA, 2000. 314p.